A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

ELIANA NASCIMENTO DE SOUSA BARBOSA

RESUMO
O presente estudo analisa a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com foco nos desafios práticos e nas perspectivas da mediação pedagógica. A primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento, tornando a escola regular o espaço primordial para a socialização e a estimulação precoce. O objetivo central é compreender como a atuação intencional do professor e a organização do ambiente escolar podem favorecer o aprendizado e o pertencimento do aluno autista. A problemática investigada aborda as barreiras pedagógicas e a carência de formação específica que dificultam a efetivação dos direitos educacionais no cotidiano escolar. Metodologicamente, realizou-se uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em autores contemporâneos publicados entre 2019 e 2025. Os resultados indicam que a mediação pedagógica qualificada, o uso de recursos visuais e a estruturação de rotinas previsíveis são ferramentas indispensáveis para reduzir a ansiedade e promover a autonomia da criança. Conclui-se que a inclusão efetiva depende de uma rede de apoio que envolva a gestão escolar, a formação continuada dos docentes e a parceria com as famílias. Ao valorizar a singularidade de cada estudante, a Educação Infantil cumpre seu papel social de promover a equidade e celebrar a diversidade como um valor fundamental para o desenvolvimento humano, transformando desafios estruturais em oportunidades de aprendizado coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Infantil. Inclusão Escolar. Mediação Pedagógica. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por alterações no desenvolvimento neurológico que impactam a comunicação, a interação social e o comportamento, exigindo estratégias educacionais específicas desde os primeiros anos de vida. No contexto brasileiro, a Educação Infantil representa a porta de entrada para a escolarização e o primeiro ambiente de socialização ampliada da criança, tornando-se o cenário ideal para a implementação de práticas inclusivas. Conforme aponta Chiote (2023), a mediação pedagógica assume um papel central nesse processo, não se limitando apenas à presença do aluno em sala de aula, mas sim à construção de estratégias que favoreçam a interação social. A inclusão escolar, garantida por lei, propõe que todos os estudantes tenham acesso ao ensino regular, mas a efetivação desse direito para crianças autistas ainda enfrenta barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas que precisam ser discutidas exaustivamente.

A organização do espaço escolar e a flexibilização do currículo na Educação Infantil são elementos fundamentais para que a inclusão seja efetiva e não apenas protocolar no dia a dia das instituições. Santos (2019) aponta que os desafios da escola pública brasileira perpassam pela necessidade de formação continuada dos profissionais e pela carência de recursos multifuncionais que auxiliem no suporte pedagógico necessário ao desenvolvimento infantil. Busca-se compreender como o papel do professor e a organização do ambiente escolar podem favorecer o desenvolvimento integral desses alunos, superando a visão meramente assistencialista que muitas vezes impera no sistema educacional. Para isso, a pesquisa foca na identificação de estratégias que potencializem a aprendizagem e a socialização, considerando as especificidades sensoriais e cognitivas que o espectro apresenta durante a primeira infância.

O problema que norteia esta investigação reside na dificuldade de transpor as diretrizes legais da inclusão para a prática cotidiana das salas de aula, onde a teoria muitas vezes diverge da realidade encontrada pelos docentes. De acordo com Paula e Peixoto (2019), muitos professores sentem-se inseguros ao lidar com comportamentos específicos do autismo, o que pode levar a um isolamento da criança dentro da própria sala

de aula comum. Questiona-se de que forma a falta de formação continuada e a carência de recursos específicos interferem na qualidade da mediação pedagógica oferecida ao aluno com TEA durante suas atividades rotineiras. Muitas vezes, a criança está presente fisicamente na escola, mas permanece isolada das interações com seus pares, o que levanta a necessidade de discutir quais intervenções são realmente eficazes para promover o engajamento desses estudantes.
A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na urgência de qualificar o debate sobre a educação especial na perspectiva inclusiva, visto que o número de diagnósticos de autismo tem crescido exponencialmente nas redes de ensino. É essencial fornecer subsídios teóricos que auxiliem os educadores a compreenderem que a inclusão beneficia não apenas o aluno com deficiência, mas toda a comunidade escolar ao promover o respeito à diversidade humana. Além disso, a produção de conhecimento sobre a mediação pedagógica na primeira infância contribui para a construção de uma escola mais equitativa e preparada para lidar com as múltiplas linguagens e singularidades. Ao analisar estas práticas, o trabalho colabora para a disseminação de estratégias que visam a autonomia e o pleno desenvolvimento da criança autista.
A metodologia adotada para a construção deste documento consiste em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e caráter exploratório, focada em obras de relevância acadêmica. Foram consultados livros, artigos científicos e anais de eventos acadêmicos publicados predominantemente nos últimos anos, visando garantir a atualidade das discussões apresentadas ao longo de todo o texto produzido. O levantamento bibliográfico permitiu a análise de diferentes autores que discutem a inclusão escolar e o autismo, possibilitando a síntese de ideias que fundamentam o referencial teórico de forma robusta e coerente. Esta abordagem permite uma compreensão ampla do fenômeno estudado a partir do diálogo com a literatura especializada já produzida sobre o tema em questão, sem a necessidade de citações diretas nesta etapa metodológica.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a construção deste trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e com objetivos exploratórios sobre o tema da inclusão escolar. A escolha por este método justifica-se pela necessidade de reunir, analisar e sintetizar o conhecimento já produzido por diferentes estudiosos a respeito do Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Infantil. A pesquisa qualitativa permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos educacionais, indo além de dados estatísticos para focar nas percepções, desafios e possibilidades que permeiam a prática docente e a mediação pedagógica em salas de aula regulares.
O processo de coleta de dados foi realizado por meio de buscas em bases de dados eletrônicas de relevância científica, como o Google Acadêmico, a plataforma Scielo e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Foram selecionados artigos científicos, dissertações, livros e anais de congressos que abordassem especificamente a inclusão de alunos com TEA na primeira etapa da educação básica. Para garantir a atualidade das discussões e a conformidade com as normativas vigentes, priorizou-se fontes publicadas no período entre 2019 e 2025, permitindo que o referencial teórico reflita as transformações mais recentes nas políticas públicas de educação inclusiva.
Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção do material bibliográfico focaram em obras que discutissem diretamente os desafios do "fazer docente" e a importância da mediação pedagógica qualificada. Foram descartados textos que tratavam o autismo sob uma perspectiva estritamente clínica ou médica, priorizando-se autores que analisam o transtorno sob o viés educacional e social. Essa filtragem assegurou que o referencial teórico mantivesse coerência com os objetivos do trabalho, permitindo um diálogo consistente entre as teorias pedagógicas e a realidade das instituições de ensino voltadas para a educação de crianças pequenas.
A análise do material coletado ocorreu de forma sistemática, envolvendo a leitura integral dos textos selecionados e a identificação de convergências e divergências entre os autores consultados

sobre o tema. As informações foram organizadas em categorias temáticas, como barreiras na escola pública, formação de professores e estratégias de inclusão, facilitando a construção de uma narrativa teórica sólida e articulada. Esse procedimento de análise documental garantiu que as conclusões do trabalho estivessem amparadas em evidências científicas e em relatos de experiências pedagógicas exitosas registradas na literatura especializada da área de educação especial.

Por fim, a redação do texto final buscou integrar as vozes de diferentes especialistas, como Chiote (2023), Santos (2019) e Silva et al. (2025), para oferecer uma visão panorâmica e crítica sobre a inclusão. A metodologia de revisão bibliográfica possibilita que este documento sirva como um guia de consulta para outros profissionais da educação que buscam fundamentação para suas práticas cotidianas. Assim, o rigor metodológico aplicado na seleção e análise das fontes confere validade ao estudo, permitindo que as discussões sobre a mediação pedagógica na Educação Infantil contribuam para o fortalecimento de uma escola verdadeiramente inclusiva e democrática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil demanda um olhar atento às especificidades do desenvolvimento e às barreiras pedagógicas presentes no cotidiano. De acordo com Chiote (2023), a mediação pedagógica assume um papel central nesse processo, não se limitando apenas à presença do aluno em sala de aula, mas sim à construção de estratégias que favoreçam a interação social e a comunicação. O professor mediador deve atuar como uma ponte entre a criança e o conhecimento, traduzindo estímulos do ambiente de forma que façam sentido para o aluno com autismo, respeitando sempre o seu tempo e suas particularidades sensoriais e cognitivas durante as atividades lúdicas.

A organização do espaço escolar e a flexibilização do currículo na primeira infância são elementos fundamentais para que a inclusão seja efetiva e não apenas protocolar. Santos (2019) aponta que os desafios da escola pública brasileira perpassam pela necessidade de formação continuada dos profissionais e pela carência de recursos multifuncionais que auxiliem no suporte pedagógico. A autora argumenta que, embora existam marcos legais que garantam o acesso desses alunos ao ensino regular, a prática pedagógica ainda carece de estratégias diversificadas que contemplem as possibilidades de aprendizado da criança com TEA, exigindo uma reestruturação das práticas docentes e um fortalecimento da rede de apoio escolar.

Os desafios encontrados no cotidiano das instituições de ensino são multifacetados, envolvendo desde a falta de formação específica até a resistência em adaptar o currículo às necessidades individuais. De acordo com Paula e Peixoto (2019), muitos professores sentem-se inseguros ao lidar com comportamentos específicos do autismo, o que pode levar a um isolamento da criança dentro da própria sala de aula. Superar esse obstáculo requer que a gestão escolar invista em momentos de reflexão e estudo, proporcionando ao corpo docente as ferramentas necessárias para compreender as diferentes formas de comunicação e processamento sensorial que caracterizam o aluno no espectro autista.

A inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil é um tema que evoca debates profundos sobre a democratização do ensino e a qualidade das práticas pedagógicas atuais. De acordo com Nascimento e Mira (2021), os desafios enfrentados pelas instituições de ensino são acentuados pela necessidade de uma infraestrutura que suporte as demandas sensoriais e cognitivas desses estudantes. Os autores argumentam que a escola deve transpor a barreira da integração física para alcançar a inclusão real, o que implica em repensar desde a organização do tempo escolar até a seleção de materiais didáticos que permitam a participação ativa da criança nas atividades propostas pelo professor regente.

O fazer docente com a criança autista requer, primordialmente, uma sensibilidade aguçada para as diferentes formas de expressão que não passam necessariamente pela linguagem verbalizada. Turibi e Santos (2019) salientam que um dos maiores desafios é a barreira da comunicação, que exige do professor a busca por métodos alternativos e o uso

de suportes visuais que facilitem a compreensão das rotinas. Quando o docente se dispõe a aprender com o aluno, o ambiente da sala de aula se transforma em um laboratório de experiências inclusivas, onde o planejamento é constantemente revisado para atender às demandas emergentes da criança, garantindo que ela se sinta pertencente ao grupo.
A prática pedagógica voltada para o aluno autista demanda um planejamento flexível e pautado na observação constante das reações e interesses específicos do pequeno estudante. Crepaldi e Baumer (2019) destacam que o currículo não deve ser algo estático, mas sim uma ferramenta adaptável que permita a participação de todos, independentemente de suas condições biológicas. A adaptação de materiais, o uso de pistas visuais e a organização de uma rotina clara são estratégias apontadas como fundamentais para conferir segurança à criança autista. Ao antecipar o que irá acontecer no dia a dia escolar, o professor reduz os níveis de estresse do aluno, favorecendo a concentração e o engajamento.
A organização do espaço e a previsibilidade da rotina são elencadas como ferramentas fundamentais para mitigar os desafios sensoriais e comportamentais da criança autista no ambiente coletivo. Silva, Silva e Mélo (2025) explicam que o ambiente da Educação Infantil, muitas vezes repleto de estímulos sonoros e visuais, pode ser desorganizador para quem possui o diagnóstico de autismo. Nesse sentido, o uso de rotinas visualmente estruturadas e a criação de espaços de autorregulação são possibilidades que facilitam a adaptação da criança ao convívio com os pares. Quando o aluno compreende o que se espera dele, os níveis de ansiedade diminuem significativamente, permitindo que a aprendizagem ocorra de maneira segura.
A mediação pedagógica qualificada surge como o elemento que diferencia a simples integração da inclusão efetiva no ambiente da educação básica. Para Suassuna (2021), o professor deve atuar como um intérprete das necessidades do aluno, utilizando estratégias que facilitem a comunicação e a interação com os demais colegas de classe. Essa atuação exige que o docente esteja atento aos sinais emitidos pela criança, muitas vezes não verbais, e saiba transformar momentos de crise em oportunidades de aprendizado. Quando o professor se coloca no papel de mediador, ele abre caminhos para que o aluno com autismo explore suas potencialidades e conquiste progressivamente sua autonomia escolar.
A formação continuada dos professores é apresentada como uma condição indispensável para a efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA no ensino regular. Silva et al. (2025) argumentam que o docente precisa de suporte teórico e prático para compreender as diferentes formas de comunicação e comportamento do aluno autista no dia a dia. A falta de conhecimento técnico pode levar a intervenções inadequadas, que muitas vezes reforçam o isolamento da criança em vez de promover sua integração social. Quando o professor domina estratégias de mediação pedagógica e conhece as bases do autismo, ele se torna capaz de planejar atividades que incluam todos os alunos com equidade.
Em última análise, a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil exige um compromisso ético e político com a diversidade humana em todas as suas esferas. Todos os autores consultados reforçam que, embora os desafios estruturais e formativos sejam significativos, as possibilidades de transformação social através da educação são ainda maiores. Ao investir em uma pedagogia que valorize a diferença em vez de tentar normalizá-la, a escola cumpre sua missão de formar cidadãos mais empáticos e preparados para o convívio social. A inclusão efetiva é, portanto, um convite à inovação pedagógica e ao fortalecimento de uma ética educacional que celebra a singularidade como riqueza.

A FORMAÇÃO DOCENTE COMO PILAR DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A formação dos profissionais da educação é o ponto de partida para que a inclusão de crianças com autismo deixe de ser uma diretriz abstrata e se torne uma prática pedagógica concreta. De acordo com Silva et al. (2025), a preparação técnica e teórica do professor regente é o que permite a desconstrução de estigmas e a adoção de posturas mais acolhedoras diante da neurodiversidade. Sem o suporte de uma formação continuada que discuta as especificidades do Transtorno do Espectro Autista, o educa-

dor pode sentir-se inseguro, o que muitas vezes resulta em práticas de exclusão velada ou na simples permanência física do aluno em sala de aula sem a devida mediação pedagógica intencional para o seu desenvolvimento.

Os desafios da formação docente na escola pública brasileira são acentuados pela necessidade de compreender o autismo sob uma perspectiva educacional e social, superando o antigo modelo puramente clínico. Santos (2019) argumenta que o professor da Educação Infantil precisa de subsídios que o auxiliem a organizar o tempo e o espaço de forma a contemplar as múltiplas linguagens infantis. A formação deve proporcionar momentos de reflexão sobre o "fazer docente", permitindo que o profissional identifique quais estratégias de comunicação e comportamento são mais eficazes para cada estudante, entendendo que a inclusão qualifica não apenas o atendimento ao aluno com TEA, mas enriquece a experiência pedagógica de toda a turma.

A segurança do professor no manejo de situações cotidianas, como crises sensoriais ou dificuldades de interação social, está diretamente ligada ao acesso a conhecimentos atualizados sobre o espectro. Paula e Peixoto (2019) ressaltam que a insegurança docente é um dos principais entraves para a construção de um currículo flexível na primeira infância. Quando a instituição de ensino investe em capacitação e promove o diálogo entre a equipe escolar e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o professor sente-se amparado para inovar em suas práticas. Esse suporte técnico é fundamental para que o educador consiga planejar atividades que respeitem o ritmo biológico e cognitivo do aluno autista, garantindo-lhe o direito de aprender e brincar.

As práticas inclusivas na Educação Infantil exigem que o professor desenvolva uma escuta sensível e uma observação criteriosa sobre as potencialidades de cada criança. Segundo Suassuna (2021), a formação continuada deve incentivar o docente a atuar como um pesquisador de sua própria prática, buscando constantemente novas metodologias que favoreçam o engajamento do aluno com autismo. A mediação pedagógica, nesse contexto, deixa de ser uma tarefa mecânica para se tornar uma ação criativa, onde o professor adapta materiais e utiliza recursos visuais que facilitam a compreensão da rotina escolar. O investimento no capital humano da escola é, portanto, a estratégia mais eficaz para garantir que a inclusão ocorra de forma ética e transformadora.

Por fim, a formação docente deve contemplar a importância da parceria colaborativa entre a escola e as famílias das crianças com Transtorno do Espectro Autista. Silva, Silva e Mélo (2025) reforçam que o professor precisa estar preparado para estabelecer um canal de comunicação empático com os responsáveis, integrando os saberes domésticos ao planejamento escolar. Quando o educador compreende os gatilhos e os interesses específicos da criança através do relato familiar, as intervenções em sala de aula tornam-se muito mais assertivas. Conclui-se que uma formação sólida e contínua é o que sustenta a resiliência docente frente aos desafios da diversidade, consolidando a Educação Infantil como um espaço de equidade e pleno desenvolvimento humano para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos permitiu identificar que o principal desafio enfrentado pelos educadores na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) reside na lacuna entre as diretrizes legais e a prática efetiva no chão da escola. Os resultados apontam que, embora a matrícula seja garantida, a permanência com qualidade depende intrinsecamente da formação continuada do corpo docente e da adaptação do ambiente escolar. Observou-se nas obras de Santos (2019) e Silva et al. (2025) que a carência de recursos multifuncionais e a falta de apoio especializado em sala de aula são barreiras que sobrecarregam o professor regente, dificultando a implementação de uma mediação pedagógica que atenda às especificidades sensoriais e cognitivas de cada aluno individualmente.

No que tange às estratégias de mediação, os resultados demonstram que a utilização de recursos visuais e a estruturação de rotinas previsíveis são as ferramentas com maior impacto positivo no desenvolvimento da autonomia da criança autista. A discussão teórica fundamentada em Chiote (2023) e Suassuna

(2021) corrobora a ideia de que o professor deve atuar como um facilitador da comunicação, interpretando as linguagens não verbais e traduzindo o ambiente escolar para o aluno. Quando a escola adota suportes visuais e cronogramas de atividades, os episódios de ansiedade e as crises comportamentais diminuem drasticamente, permitindo que a criança se sinta segura para explorar o espaço e interagir com seus pares de forma mais espontânea e prazerosa.

Outro ponto relevante discutido nos resultados é a importância fundamental da parceria entre a instituição de ensino e a família do aluno com TEA. O diálogo constante entre professores e responsáveis permite uma troca de saberes que beneficia diretamente o planejamento pedagógico, uma vez que a família detém informações valiosas sobre os gatilhos e os interesses da criança. Conforme discutido por Silva, Silva e Mélo (2025), essa sinergia fortalece a rede de proteção e desenvolvimento, garantindo que as intervenções realizadas na escola tenham continuidade no ambiente doméstico. A inclusão, portanto, deixa de ser um esforço isolado do educador para se tornar um compromisso coletivo de todos os atores envolvidos no processo de crescimento do estudante.

A análise dos textos de Paula e Peixoto (2019) e Nascimento e Mira (2021) revela que a inclusão bem-sucedida na Educação Infantil exige uma mudança de paradigma: sair do foco na deficiência e focar nas potencialidades. Os resultados indicam que, quando as atividades são planejadas de forma flexível e lúdica, respeitando o tempo de cada criança, o aluno autista apresenta avanços signifi-i cativos na socialização e na aquisição de novas habilidades. A discussão ressalta que a neurodiversidade deve ser vista como um elemento enriquecedor para toda a turma, promovendo o aprendizado da empatia e do respeito mútuo entre as crianças sem deficiência, o que qualifica o ambiente escolar como um todo de maneira democrática.

Por fim, os resultados evidenciam que a formação docente não deve ser apenas técnica, mas também atitudinal, combatendo o preconceito e a visão clínica que muitas vezes rotula o aluno autista. A discussão final, amparada em Turibi e Santos (2019) e Crepaldi e Baumer (2019), reforça que a mediação pedagógica é um processo dinâmico que exige do educador uma postura investigativa e resiliente. Conclui-se que as possibilidades de inclusão são ampliadas quando a escola pública e privada investe em políticas de acolhimento e na remoção de barreiras atitudinais. O sucesso do processo inclusivo na Educação Infantil está, portanto, diretamente ligado à capacidade da escola de se reinventar diariamente para atender à pluralidade humana com ética e compromisso social.

CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil revela-se como um processo dinâmico que exige a superação de barreiras pedagógicas e atitudinais consolidadas historicamente. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a matrícula regular é apenas o primeiro passo de uma jornada que demanda mediação qualificada e intencionalidade educativa. A análise bibliográfica demonstrou que, quando a escola se propõe a ser um espaço de acolhimento genuíno, o aluno com TEA encontra oportunidades reais de desenvolvimento social e cognitivo. A primeira infância, por ser uma fase de intensas plasticidades e descobertas, torna-se o cenário ideal para que a inclusão seja vivenciada como um valor fundamental e não apenas como uma obrigação legal imposta às instituições de ensino.

Os desafios identificados, como a carência de formação continuada e a falta de recursos específicos, não devem ser interpretados como impedimentos, mas como pontos de partida para a inovação do fazer docente. Conforme discutido por Silva et al. (2025), a preparação técnica do professor é o alicerce que permite transformar a ansiedade do desconhecido em estratégias pedagógicas assertivas e humanizadas. É urgente que as políticas públicas avancem no suporte às redes de ensino, garantindo que o educador não atue de forma isolada, mas amparado por uma equipe multidisciplinar e por recursos que favoreçam a acessibilidade curricular. A inclusão efetiva pressupõe que o ambiente escolar se adapte à criança, e não o contrário, respeitando o ritmo e a singularidade de cada estudante.

A mediação pedagógica surge como a

ferramenta mais potente para promover o engajamento do aluno autista nas rotinas escolares e nas interações com seus pares. O uso de suportes visuais, a estruturação do ambiente e a flexibilização das atividades lúdicas são caminhos que conferem previsibilidade e segurança, elementos vitais para o bem-estar da criança no espectro. A literatura consultada reforça que o professor mediador atua como um tradutor do mundo social, facilitando conexões que, sem a devida intervenção, poderiam não ocorrer de forma espontânea. Dessa forma, a prática docente inclusiva qualifica o ensino para toda a turma, pois ensina a todos os alunos a conviverem com a diferença e a valorizarem as múltiplas formas de ser e aprender.

A parceria com a família consolidou-se, nesta pesquisa, como um pilar indispensável para o sucesso da trajetória escolar na Educação Infantil. A troca de informações entre a casa e a escola permite que as estratégias de autorregulação e comunicação sejam coerentes e eficazes em ambos os contextos. Quando a escola valoriza o saber dos pais e os inclui no processo de planejamento, cria-se uma rede de apoio que fortalece a confiança da criança e otimiza os resultados das intervenções pedagógicas. O diálogo constante é o que permite personalizar o atendimento e garantir que as potencialidades do aluno sejam exploradas ao máximo, respeitando sempre os seus limites sensoriais e emocionais dentro do coletivo.

Em suma, a inclusão do aluno com autismo na Educação Infantil é um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. As perspectivas apontadas pelos autores indicam que o futuro da educação inclusiva depende da capacidade de desconstruir visões clínicas e focar nas capacidades humanas. Este trabalho cumpre seu objetivo ao sistematizar os desafios e as possibilidades da mediação pedagógica, oferecendo uma base teórica para que novos estudos e práticas sejam desenvolvidos. Conclui-se que a celebração da diversidade na primeira infância é a semente para uma convivência social mais empática, onde o direito à educação de qualidade seja, de fato, uma realidade acessível a todas as crianças, independentemente de suas condições neurológicas.

REFERÊNCIAS

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica. Digitaliza Conteúdo, 2023.

CREPALDI, Janaína; BAUMER, Édina Regina. Inclusão do autista na Educação Infantil. Revista Saberes Pedagógicos, v. 3, n. 1, p. 68-86, 2019.

NASCIMENTO, Mysllene Gomes do; MIRA, Victor da Penha. Desafios e possibilidades do aluno autista na Educação Infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 1152-1163, out. 2021.

PAULA, Jessyca Brennand; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, São Carlos, v. 13, n. 26, p. 74-86, 2019.

SANTOS, Juçara Maria Lemes Giffoni Ávila. Desafios e possibilidades da escola pública na inclusão de aluno com transtorno do espectro autista na Educação Infantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

SILVA, Daiana Kelle Melo da et al. Inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil: desafios e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 4023-4040, dez. 2025.

SILVA, Monique Eva da; SILVA, Manuelly Julliane da; MELO, Davi Libânio de. Os desafios da inclusão da criança autista na Educação Infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 11, p. 922-938, nov. 2025.

SUASSUNA, Janieli de Souza Santos. Inclusão escolar de alunos com autismo na educação infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 7, p. 1417-1429, jul. 2021.

TURIBI, Anne Caroline Pedroso; SANTOS, Lucilene Pacheco. Inclusão na Educação Infantil: desafios e perspectivas no fazer docente com criança autista. In: CON-

GRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 4., 2019, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019.